

JOSÉ ESTÊVÃO DE MAGALHÃES E AS GUERRAS CIVIS LIBERAIS (1826-1847)

JÚLIO RODRIGUES DA SILVA¹

Resumo/Abstract

José Estêvão de Magalhães (1809-1862) foi um dos principais expoentes do liberalismo português da primeira metade do século XIX. O seu pensamento radical e democratizante não o impediu de ser extremamente tolerante e generoso com os seus adversários políticos. Torna-se impossível compreender o papel importante que teve na construção do Estado liberal oitocentista, sem ter em consideração a sua experiência militar. A formação política e as preocupações com o progresso e desenvolvimento do país, não podem ser separadas da vivência das guerras civis em que participou entre 1826 e 1847. A presente comunicação procura esclarecer a complexidade das relações político-militares no liberalismo, através da análise de um *case study*.

Palavras-chave: liberalismo, profissionalização, académico, constituição, exército

1. As campanhas militares de 1826-1828.

José Estêvão Coelho de Magalhães (1809-1862)², foi o mais legítimo representante do radicalismo revolucionário português, da primeira metade do século XIX e, simultaneamente, um dos mais estrénuos defensores da estabilização do sistema

1 CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e DF, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa Investigador Integrado no CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Professor Associado do Departamento de Filosofia, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa. Membro do Conselho Científico da CPHM. Doutorado em História e Teoria das Ideias, especialidade de História das Ideias Políticas (1999) pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Publicações: *Ideário Político de uma Elite de Estado. Corpo Diplomático (1777-1793)*, Lisboa, FCG/FCT, 2002; *José Estêvão de Magalhães 1809-1862 - Biografia Parlamentar*, Lisboa, Assembleia da República e Texto Editores, Lda., 2009.

2 Optámos por referi-lo ao longo do texto como José Estêvão nome pelo qual foi conhecido durante a sua vida.

constitucional, após o triunfo da Regeneração (1851). Contradição aparente, somente passível de ser esclarecida através da análise do seu trajecto pessoal, desde o idealismo romântico e estudantil da Universidade de Coimbra, nos anos 20, até à consagração de líder partidário experiente dos anos 50 e 60. No entanto, a evolução política é inseparável da vivência das lutas civis experimentadas entre 1826 e 1847 que determinaram a visão das relações civis-militares do liberalismo nacional defendido. Assim sendo, teremos de considerar a sua profissionalização militar e concepção do papel das forças armadas portuguesas no regime constitucional de orador das Cortes.

O nascimento de José Estevão em Aveiro no ano de 1809, num país imerso em violento confronto militar resultante das invasões napoleónicas, não deixou de afectar a sua infância pela presença e ameaça constante da guerra. A paz só regressou com o final da Guerra Peninsular de 1814 e o colapso definitivo do Primeiro Império Francês em 1815. No entanto, neste ano foi enviada uma expedição do exército português ao Brasil para participar, em 1816, na invasão, ocupação e anexação do Uruguai, prolongando o ambiente de guerra até 1821. Simultaneamente, na antiga metrópole, as consequências económicas, sociais e políticas do anterior conflito, traduzem-se no progressivo descontentamento, derivado da ausência da Corte no Brasil, da presença militar inglesa e da perda do comércio brasileiro. A conspiração falhada do general Gomes Freire em 1817 foi um prelúdio aos acontecimentos mais graves que desembocaram na revolução liberal vitoriosa de 1820. No subsequente triénio liberal o pai de José Estevão, o médico filantropo de Aveiro, Luís Cipriano Coelho de Magalhães (1774-1857) - vintista convicto - participará activamente na vida política da época. A oposição ao absolutismo, a adesão à maçonaria e a partilha de ideais revolucionários influenciaram o filho, que ingressa em 1825 no primeiro ano da Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra. No universo político e cultural coimbrão o inconformismo manifestado face à estrutura académica da época, alia-se à militância liberal e doutrinação de cariz revolucionário marcadas pela idealização da República da Roma Antiga e da Revolução Francesa de 1789.

Não conhecemos o seu pensamento neste período da vida, no referente às questões militares, mas não podemos desprezar a influência da Constituição de 1822 - suprimida em 1823 - no rescaldo da contra-revolução da Vilafrancada. O referido texto constitucional, partindo do conceito da soberania da nação considera o rei um simples executor da vontade nacional expressa pelas Cortes unicamerais. A capacidade do monarca de controlar as forças armadas é limitada pela Câmara dos Deputados, não dispondo, em tempo de paz, do comando em chefe do exército ou da marinha. As preocupações dos deputados vintistas na organização da “Força Militar” centravam-se na exigência da subordinação total dos militares ao poder civil, na redução das milícias a uma existência episódica e na criação das guardas nacionais sujeitas às autoridades civis. No primeiro caso, temia-se a possibilidade do exército servir de base para um golpe contra-revolucionário, permitindo restabelecer o absolutismo em Portugal. No seguinte, encaravam-se as milícias, como a expressão do sistema senhorial do país,

considerando-se essencial a neutralização destas formas pelo perigo de subversão do regime constitucional. Finalmente, a guarda nacional era considerada uma força burguesa e liberal, essencialmente civilista, e necessário contraponto do poder do exército. Este facto não impedia a valorização da autonomia e dignidade dos oficiais das forças armadas, colocados ao abrigo do arbítrio político ou militar, garantindo a preservação das suas patentes³.

José Estêvão, provavelmente, não teria qualquer objecção a este modelo das relações civis-militares, embora tenha de se considerar o prestígio social e político do militar profissional, agente fundamental da modernização nacional e a tradição do Corpo Académico - remontando à criação do Batalhão Académico e ao papel decisivo desempenhado na insurreição popular contra as tropas napoleónicas em 1808. Assim sendo, a sua hipotética admiração pelos exércitos revolucionários, como expressão da soberania do povo, de Jean-Jacques Rousseau, tem que ser contrabalançada pela identificação com o universo estudantil de Coimbra. José Estêvão tinha consciência de pertencer a um grupo social e intelectualmente privilegiado, totalmente diferenciado do mundo dos soldados profissionais e milicianos de extracção popular e igualmente distante da guarda nacional de extracção burguesa, mas neste último caso assente na universalização do conceito de cidadão, inadequada para expressar a identidade corporativa dos académicos.

A morte de D. João VI conduziu à outorga por D. Pedro IV da Carta Constitucional de 1826 configurando um sistema político liberal moderado durante a breve Regência de D. Isabel Maria (1826-1828). Os liberais das diversas tendências aceitaram esta solução passível de viabilizar um regime constitucional em Portugal, resolvendo provisoriamente, de forma pacífica os diferendos, entre constitucionalistas e absolutistas, sob a égide da jovem rainha D. Maria II e do seu futuro marido D. Miguel. A recusa da aceitação pelos últimos da Carta de 1826 provocou nesse mesmo ano a revolta de regimentos e a insurreição de guerrilhas chefiadas pelo Marquês de Chaves e apoiadas por Espanha. Os estudantes liberais impediram o triunfo da rebelião em Coimbra, não sendo difícil aceitar a participação militante de José Estêvão nestes acontecimentos, embora não existindo testemunho directo deste facto. A impossibilidade legal de constituir de imediato um Batalhão Académico por oposição da Câmara dos Pares, apesar do aparente apoio da regente Infanta Isabel, não impediu, em face da ameaça do triunfo da insurreição absolutista na cidade universitária, a criação de facto e de forma informal daquela unidade, a partir do núcleo inicial dos estudantes que de maneira improvisada, se armaram. A constituição formal do Batalhão de Voluntários Académicos resultou da deterioração da situação militar na Província da Beira e da necessidade de reforçar os efectivos das unidades do exército fiéis à Carta Constitucional de 1826. O brigadeiro Azeredo enviou o major das milícias de Tondela, Júlio César Feio Figueiredo, capitão de caçadores 3, organizar de forma regular, os voluntários numa unidade militar, tendo a

3 Cf. *Constituição Política da Monarquia Portuguesa decretada pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, reunidas em Lisboa no Ano de 1821*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1822, p.67.

sua constituição acontecido de maneira formal a 15 de Dezembro de 1826, alcançando na sua forma definitiva os 400 efectivos. A partir deste momento segue-se uma rápida aprendizagem militar, sendo os instrutores os oficiais do batalhão de caçadores 7. Foi provavelmente naquela data que José Estêvão se alistou sendo incorporado como soldado na sexta companhia do batalhão académico comandada, pelo tenente de caçadores 7, João Arsénio Júdice Biker. A participação nas operações militares, de forma activa, inicia-se em 26 de Dezembro desse mesmo ano com a partida, de Coimbra, do Batalhão Académico.

No dia 7 de Janeiro de 1827, fazendo a guarnição da cidade e onde houve reagrupamento do batalhão com reforços dos novos alistados, compondo-se já de 6 companhias. Não sabemos se a companhia a que pertencia participou nas operações iniciais ou se o fez só nesta data e naquela cidade. Seja como for, José Estêvão aboletou-se em casa do cônego absolutista Meneses e apesar de algumas dificuldades físicas participou activamente na campanha. O Batalhão Académico nunca conseguiu entrar em combate, embora o entusiasmo desta unidade contagiasse as restantes forças constitucionais⁴. Assim sendo, limitou-se a experienciar a dureza da vida de soldado em condições climáticas difíceis, ganhando o respeito dos profissionais do exército, inicialmente muito cépticos quanto às capacidades de jovens, oriundos de famílias socialmente privilegiadas e não habituados a grandes esforços físicos. O fim do conflito militar e a dissolução da unidade em 23 de Janeiro de 1827, permitiu-lhe retomar os estudos interrompidos na Universidade de Coimbra até ao regresso de D. Miguel ao reino em 22 de Fevereiro de 1828, traduzir-se no regresso do absolutismo⁵.

A oposição dos liberais a este processo levou-os a organizar a resistência, através de uma revolta militar apoiada em estruturas civis, de raiz maçónica. Nesta perspectiva, compreende-se a actividade conspiratória dos constitucionais de Aveiro em estreita ligação com os seus congéneres de Coimbra. Luís Cipriano Coelho de Magalhães fez parte dos liberais reunidos sob a direcção do desembargador Joaquim José de Queirós numa organização clandestina que preparou o levantamento de Aveiro a 16 de Maio de 1828. Na preparação da revolta em Coimbra os estudantes constitucionais tiveram um papel fundamental, especialmente José Luz Soriano e José Estêvão que estabeleceu

⁴ Cf. Anónimo, *Apologia dirigida à nação Portuguesa, para plena justificação do corpo dos voluntários académicos do ano de 1826 Contra as falsas e caluniosas imputações forjadas ao mesmo corpo pelos inimigos do Senhor Dom Pedro IV, e da carta constitucional*, Coimbra, Imprensa do Trovão e Companhia, 1827, p.6-32; Anónimo, *Adição à Apologia dos Voluntários Académicos ou Pensamentos sobre a Campanha nos Meses de Dezembro de 1826 e Janeiro de 1827 por um soldado*, Coimbra, Imprensa do Trovão e Companhia, 1827, p.6-21; Anónimo, *Relação de todos os indivíduos que compuseram o Batalhão dos Voluntários Académicos*, Coimbra, Imprensa do Trovão e Companhia, 1827, p.12; Anónimo, *Relação de Todos os Indivíduos que compuseram o Batalhão de Voluntários Académicos organizado e armado no ano lectivo de 1826 para 1827*. Publicada por um dos próprios alistados, em Coimbra, na Imprensa do trovão e Companhia, 1827. E agora fielmente reimpressa, e acrescentando com algumas Notas correctivas e ilustrativas, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1828, p.15-16.

⁵ Cf. Gomes, João Augusto Marques, *Apontamentos para a sua Biografia*, Porto, Tipografia Ocidental, 1889, p.7-21.

a ligação com os rebeldes de Aveiro. O último esteve presente na revolta nesta cidade e comunicou ao primeiro o sucesso da insurreição, tendo ambos posteriormente colaborado na proclamação da Carta de 1826 no dia 22 de Maio de 1828 em Coimbra⁶. Nesse mesmo dia foi constituído um novo Batalhão Académico mais pequeno com um efectivo de 125 homens, tendo José Estevão assentado praça na 3.^a companhia sob o comando do alferes António Augusto Picaluga. Encarregado de escoltar e salvaguardar a vida de dois prisioneiros absolutistas partiu para o Porto a 23 de Junho desse ano, entrando nesta cidade a 26 desse mesmo mês e assistindo à chegada no navio Belfast dos generais que integraram a Junta do Porto e se mostraram totalmente incapazes de comandar o exército liberal. A chegada do batalhão académico que retirara, com o resto das forças de Coimbra, paradoxalmente após a vitória constitucional de Cruz de Morouços (24/06/1828), permitiu-lhe juntar-se de novo à sua unidade. O reembarque dos membros da Junta do Porto no *Belfast*, abandonando à sua sorte a divisão liberal, não deixou outra alternativa senão a sua retirada e subsequente internamento em Espanha sob o comando do general Pizarro e do major Sá da Bandeira.

José Estevão e os voluntários académicos atravessaram a fronteira a 6 de Julho de 1828, partilhando as agruras e humilhações desta difícil situação, não desanimando perante as dificuldades encontradas. O inconformismo do jovem estudante não lhe permitiu esperar pela partida conjunta e organizada dos membros restantes do exército constitucional. Assim sendo, conseguiu de forma engenhosa escapar às autoridades espanholas, abandonar o acampamento, alcançar Orense e ser um dos primeiros emigrados a embarcar no Ferrol para Inglaterra. José Luz Soriano deixou-nos uma descrição humorística desta “fuga” atestando as capacidades natas que lhe permitiam sair com sucesso de situações difíceis:

“Impressionado ainda por ela, e retirando-me das vizinhanças da ponte para o centro do acampamento, deparei logo mais acima com outro estudante, que trazia uma besta de carga pela arreata, e que vinha vestido com um curto e esguio capote de soldado de infantaria, com uma barretina de miliciano, que só lhe servia no alto da cabeça, fazendo assim a mais esquipática figura. Um novo ataque de riso me assaltou outra vez ao reconhecer debaixo de tão ridículo traje, o meu camarada José Estevão Coelho de Magalhães, que vendo-me reparar nele, e rir-me tão perdidamente, me pôs logo o dedo na boca, para que me calasse e não fosse causa de lhe embaraçarem a saída do acampamento, o que assim fiz.”⁷

O exílio na Grã-Bretanha iniciou-se com a chegada a Plymouth, em 26 de Agosto de 1828, indo viver para a casa do amigo do pai, Manuel Maria da Rocha Cumieiro,

6 Cf. Soriano, José Simão da Luz, *História da Guerra Civil e do Governo Parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática, militar e política deste reino desde 1777 até 1834, Terceira época. Estabelecimento do Governo Parlamentar*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, Tomo III, Parte II, p.327-329 e p. 332, Nota 1.

7 Cf. Soriano, José Simão da Luz, *Revelações da Minha Vida e Memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*, Lisboa, Tipografia Universal, 1860, p.368.

que lhe pagava as despesas e não tendo sofrido a miséria de muitos exilados do célebre *Barracão de Plymouth*. No entanto, não deixou de ser uma experiência desagradável, pois era obrigado a trabalhar nos navios fundeados em Plymouth, por conta do depósito dos emigrados deste porto. O facto deste segundo batalhão de voluntários académicos não ter entrado em combate em 1828 retirou a José Estevão a possibilidade de ter a sua prova de fogo.

2. A guerra civil de 1829-1834

No entanto, tudo mudaria em breve devido à resistência da guarnição liberal da Ilha Terceira, que tinha levado a cabo uma insurreição, bem-sucedida, em 22 de Junho de 1828. A ameaça de uma expedição naval absolutista, vinda de Lisboa, tornava urgente o envio de reforços que lhe permitissem resistir ao ataque iminente. O marquês de Palmela cria, para este efeito, uma nova unidade composta pelos emigrados militares e civis do depósito de Plymouth e denominada Batalhão de Voluntários da Rainha. Os sobreviventes do anterior batalhão académico incorporam-se nesta nova unidade constituindo a 1.^a companhia, sendo José Estevão um dos seus cabos e o seu comandante o 1.^o tenente de artilharia José Maria Baldy. A expedição parte daquele porto a 30 de Janeiro de 1829 e chega a Angra a 16 de Fevereiro, tendo conseguido furar o bloqueio naval dos ingleses à Ilha Terceira.

A radicalização de alguns académicos esteve na base de uma tentativa de sublevação do batalhão de Voluntários da Rainha D. Maria II e do batalhão de Caçadores 5, contra a Junta que governava a ilha. O insucesso desta revolta na qual José Estevão não esteve implicado conduziu à constituição de uma companhia de artilheiros académicos, separada do resto da unidade e enviada para o 6.^o Distrito de S. Pedro dos Biscoitos no interior da Terceira. Assim sendo, estiveram ausentes na acção militar decisiva de 11 de Agosto de 1829, na Vila da Praia, pertencente ao 4.^o Distrito e no qual o resto da unidade teve um papel decisivo na derrota da expedição naval miguelista.

As características essenciais do Batalhão académico em 20 de Outubro de 1830 são dadas pelo novo comandante, o major João Pedro Soares Luna ⁸. A instrução recebida nas táticas da infantaria ligeira e no manejo das peças de artilharia permitia utilizá-los de forma flexível, de acordo com as necessidades operacionais do momento. Nesta perspectiva, José Estevão beneficiou da aquisição de conhecimentos que lhe abriram caminho para uma futura carreira militar na arma da artilharia e, simultaneamente permitiram-lhe adquirir a capacidade de comandar unidades de infantaria ligeira de 1.^a

⁸ “No mês de Outubro de 1830, tomei o comando do distinto Corpo Académico, o qual se achava organizado como tropas ligeiras e ao mesmo tempo guarnecendo a Brigada de Artilharia volante que fazia parte da heróica guarnição da memorável Ilha Terceira. A sua instrução (militar) consistia em ter aprendido as ordenanças e exercícios da arma de Artilharia, e bem assim a de Caçadores ou tropas ligeiras; instrução devida ao meu antecessor [José Maria Baldy], e da qual a Nação colheu os maiores serviços, e os beneméritos académicos, marciais louros.”, Luna, João Pedro Soares, *Memórias para servirem à história dos factos de patriotismo e valor praticados pelo distinto e bravo Corpo Académico que fez parte [do] Exército Libertador*, Lisboa, Tipografia Lisbonense, 1837, p.1.

ou 2.^a linha. Porém, não foi sorteado para a expedição às ilhas do Oeste [07/04/1831] constituída essencialmente por um destacamento de académicos guarnecendo uma meia brigada de artilharia volante, sob o comando do 2.^o tenente Francisco Jacques da Cunha. A credibilidade da unidade, recuperada depois desta operação, explica a sua participação no desembarque em S. Miguel em 2 de Agosto de 1831, no qual os académicos actuaram como uma unidade de infantaria ligeira. Incluído nesta nova expedição com o n.^o 6 recebeu o seu baptismo de fogo no combate da Ladeira Velha em 3 de Agosto de 1831. A vitória dos liberais não foi fácil neste confronto, exigindo da parte dos académicos um grande esforço físico ao manobrem debaixo de fogo no campo de batalha. Depois desta expedição regressou à Ilha Terceira e foi durante um breve período redactor da *Crónica da Terceira*, o jornal oficial da Regência, posteriormente adoeceu gravemente, sendo a sua recuperação demorada ⁹.

A 23 de Junho de 1832 partiu com o respectivo batalhão académico, integrado na expedição do Exército Libertador rumo a Portugal, transportado no brigue *Concórdia*, desembarcando a 8 de Julho de 1832, na praia da Arenosa de Pampelido. A unidade contava era constituída por 101 elementos acompanhados de uma bateria de montanha. A necessidade de escoltar a artilharia e os artilheiros do 1.^o Batalhão e cobrir a retaguarda do exército liberal, atrasou consideravelmente a sua entrada no Porto. As ilusões sobre a possibilidade de uma vitória rápida desvaneceram-se perante a ausência de adesões em número significativo do exército absolutista. O prolongamento da guerra civil tornou inevitável uma longa campanha militar conhecida sob a designação do Cerco do Porto (1833-1833). Os académicos estiveram presentes nos mais violentos combates deste período, tendo José Estêvão entrado na maior parte e ganho uma imprescindível experiência militar. Nesse primeiro ano podemos destacar a participação no combate de Ponte Ferreira (23/07/1832), auxiliando a brigada de artilharia e evitando o subsequente pânico na cidade do Porto. Fez parte do grupo de académicos que juntamente com elementos de outras unidades constituiu um destacamento militar responsável pelo *raid* a Vila do Conde nos dias 30 e 31 de Julho de 1832 ¹⁰. José Estêvão distinguiu-se ainda pela coragem e eficiência demonstradas na construção das fortificações da Serra do Pilar. A sua inclusão permanente na guarnição deste ponto estratégico da defesa do Porto deu-lhe a oportunidade de testar as suas capacidades individuais numa situação limite resultante do ataque dos absolutistas de dia 29 de Setembro de 1832, granjeando-lhe pelo decreto de 23 de Novembro de 1832 a condecoração da ordem da Torre e Espada no grau de cavaleiro. O relato do brigadeiro Torres, num ofício de 19 de Outubro de 1832 ao Conde de Vila Flor permite-nos avaliar a importância da sua acção naquele dia decisivo para a defesa da cidade:

“O destacamento dos voluntários desenvolveu nesta gloriosa acção, como é próprio do seu extremado valor, a maior bravura, inteligência, coragem e sangue frio, tanto no serviço de artilharia como no que voluntariamente fizeram de fuzilaria, de uma maneira

⁹ Cf. Luna, João Pedro Soares, *idem*, p.15-22.

¹⁰ Cf. Luna, João Pedro Soares Luna, *ob. cit.*, p.197-218.

tal, que por mais que pretenda extremar um só, na defesa do dia 14, não me é possível fazê-lo; e se o fizesse ficaria eternamente oprimido por um contínuo remorso de injustiça a respeito daqueles que mencionasse; e por isso os recomendo muito a v. ex.^a, pedindo-lhe ao mesmo tempo que se sirva levar à presença de sua majestade imperial os relevantes serviços prestados por estes tão bravos e distintos jovens defensores assim como merece os meus elogios o seu comandante, o capitão de artilharia Severiano Sizenando de Bettencourt, que na qualidade de comandante daquela arma desempenhou as minhas ordens com bravura, inteligência e sangue frio. É contudo meu dever declarar a v. ex.^a, que no dia 13 os dois voluntários académicos, José Estevão Coelho de Magalhães e José Silvestre, bem como o alferes Alexandre do Carvalho Silveira Pereira, encarregados dos trabalhos de fortificação, dirigiram como tais o restabelecimento da brecha, debaixo de um vivíssimo fogo de artilharia; e no dia 14 tiveram um comportamento igual ao dos seus camaradas”¹¹.

As capacidades militares demonstradas nestes confrontos e o sucesso do tirocínio realizado na guarnição dos canhões, explicam a proposta de José Maria Baldy para a sua transferência para a arma de artilharia, sendo colocado no respectivo Estado-Maior e promovido a 2.º tenente por decreto de 4 de Abril de 1833¹². As subseqüentes operações do Cerco do Porto permitem-lhe continuar a distinguir-se, nomeadamente no ataque e conquista da posição inimiga do Corvelo a 9 de Abril de 1833. No entanto, o seu maior sucesso ocorre noutra ponto da linha de defesa durante o ataque de 25 de Julho de 1833. José Estevão comandava um forte destacamento de artilharia, ocupando a célebre *Flecha dos Mortos* entre as posições liberais do Lordelo e do reduto do Pasteleiro. A defesa deste ponto tornou-se lendária pela coragem e arrojo com que sustentou a posição até ao fim e participou nos contra-ataques para a recuperar. A descrição que nos deixou desta luta permite-nos apreciar a importância que teve na estruturação da sua personalidade, marcando simultaneamente para o resto da vida:

“Sr. Presidente eu não estive nas Antas nesse dia 25, ainda então não havia apoiados, nem se davam apoiados ao dia 25, e muitos não poderiam dar-lhos. Também não sei o que nesse dia se passou nas Antas, porque estive noutra sítio em que havia pouco perigo: é verdade que combati com 10 soldados e que só escapei eu e um pobre cadete natural de Lisboa, com o qual fiz de Barão militar, porque o levei pela primeira vez ao campo, escapou desta vez para ir morrer em Espanha. O inimigo tirou-me a Artilharia, que eu comandava e tornou-ma a dar e não foi por sua culpa. Por isto deram-me uma condecoração, nunca a pus e nunca a hei-de pô-la ao peito, e se alguém está cioso dela, por ter dado algum apoiado, querendo-a eu estou pronto a dar-lhe (*riso*). Tenho muita

11 Cf. Tengarrinha, José Manuel, *José Estevão. O Homem e a Obra*, Assembleia da República, Lisboa, 2011, p.625-626.

12 *Colecção das Ordens do dia tendo princípio no Quartel-General Imperial no Porto, em 8 de Novembro do Ano de 1832 e 33*, p.121-130.

honra em ter lá estado, mas não tenho honra nenhuma em a ter!”¹³ .

Na sequência deste acto heróico foi condecorado de novo com a Torre Espada desta vez com o grau de cavaleiro por decreto de 15 de Agosto de 1833 e concedida efectivamente após rectificação a 12 de Fevereiro de 1834¹⁴ . Depois do fim do Cerco do Porto a 18 de Agosto de 1833 fez parte das forças com as quais Saldanha partiu para Lisboa, participando na defesa da capital nos combates de Setembro e Outubro de 1833. Combateu posteriormente na batalha de Almoester de 18 de Fevereiro de 1834, uma das mais decisivas vitórias liberais da guerra civil, como 2.º tenente do regimento de artilharia n.º1. A 24 de Julho de 1834 foi promovido a 1.º tenente do terceiro batalhão do segundo regimento de artilharia, concluindo a sua profissionalização militar, mas não a carreira que só terminará com a sua morte em 1862. Entretanto, foi sucessivamente promovido a capitão em 26 de Novembro de 1846, major graduado em 29 de Abril de 1851, major efectivo em 20 de Fevereiro de 1858 e finalmente tenente-coronel em 20 de Dezembro de 1859¹⁵ .

A aceitação da Carta Constitucional de 1826 outorgada por D. Pedro IV tornou-se fundamental para a unificação das várias tendências constitucionais em prol da luta contra o absolutismo de D. Miguel. José Estêvão sem abandonar totalmente a sua concepção radical do liberalismo concordou com esta linha política e reconheceu este texto constitucional. Isto implicava aceitar as atribuições do monarca no referente às forças armadas, permitindo-lhe nomear e demitir os seus comandantes, declarar a guerra e fazer a paz sem consulta prévia às Cortes, ficando ao seu critério comunicar ao poder legislativo as informações compatíveis com os interesses e segurança do Estado. No capítulo VIII intitulado “Das Forças Militares” fica bem claro que pertence ao poder executivo a decisão sobre o emprego das forças armadas e responsabilidade pela segurança e defesa do Reino. Na prática, as Cortes submetidas à sanção régia são excluídas do controlo efectivo do exército e da marinha que ficam nas mãos do monarca, simultaneamente representante da nação em situação de igualdade com as Cortes, detentor do poder moderado como chefe supremo da nação e chefe do poder executivo¹⁶ . Define-se assim um modelo das relações civis-militares na qual o poder legislativo não tem capacidade real para fiscalizar as forças armadas. Estas tornam-se um

13 “Porque as condecorações andam muito barateadas, por exemplo, porque um oficial estava no Porto e o seu cavalo estava preso a um pinheiro, veio uma bala e matou o seu cavalo, foi condecorado o Oficial; de sorte que a condecoração coube-lhe pelo cadáver do cavalo (*riso*). Por consequência de uma vez para sempre, se fique entendendo que eu preso muito a glória desta Campanha, que tive também parte dela, e que havendo outra por igual motivo hei-de também tomar nela parte; contudo sempre hei-de dizer, que se não fosse a perda da força moral do Governo Usurpador baldados seriam os esforços dos bravos militares.”, Magalhães, José Estêvão Coelho de, Sessão de 11 de Fevereiro de 1841, *Diário da Câmara dos Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841, p.106.

14 Cf. Tengarrinha, José Manuel, ob. cit, p. 625-626.

15 Cf. AHM/DIV/3/7/570, Processo individual de José Estêvão Coelho de Magalhães (1809-1862), Informação referida ao 1.º de Janeiro de 1860, fl.1.

16 Cf. *Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa, decretada, e dada pelo rei de Portugal e dos Algarve D. Pedro, Imperador do Brasil aos 29 de Abril de 1826*, Lisboa, Imprensa Régia, 1827, p.24.

instrumento do rei que não é contrabalançado como acontecia na Constituição de 1822 pela existência da guarda nacional, força civil e burguesa.

3. A Patuleia de 1846-1847

No período do pós-guerra, José Estevão de Magalhães manteve o posto de 1.º tenente de artilharia, regressando à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e acabando, o curso, praticamente, nas vésperas da Revolução de 9 de Setembro de 1836. Eleito deputado por Aveiro nas subsequentes eleições de 20 de Novembro inicia a sua carreira política nas Cortes Constituintes e Extraordinárias de 1837-1838 que produziram a Constituição de 1838. Colocando-se na extrema-esquerda liberal, defendeu o regresso à Constituição de 1822, com as necessárias actualizações¹⁷. As suas propostas não foram aceites pela maioria da assembleia parlamentar, tendo acabado por apoiar as posições dos setembristas moderados. No referente às forças armadas defendeu o retorno à Constituição de 1822, embora tenha conseguido a introdução de uma mudança significativa no estatuto da guarda nacional, apoiada por António da Costa Cabral. O artigo 118.º colocava esta força unicamente sob o controlo das autoridades civis ou seja, do Administrador Geral. O aditamento de José Estevão pressupunha a possibilidade de alterar esta disposição, em situações específicas compreendidas na expressão “fora dos casos em que a lei determinar o contrário”. Na verdade, pretendia-se uma subordinação daquela força aos oficiais do exército quando prestassem “serviço militar”, podendo ser uma referência a uma situação de tempo de guerra, mas podendo incluir implicitamente a repressão de guerrilhas ou uma revolta armada¹⁸. Esta militarização, mesmo parcial da guarda nacional não agradava à maioria dos deputados de extrema-esquerda que preferiam mantê-la sob um comando civil, de preferência eleito pelos diversos batalhões desta força. A posição de José Estevão demonstra o seu apreço pelo papel essencial do exército mas, igualmente uma óbvia desconfiança face às capacidades militares da guarda nacional. Compreende-se assim a sua reacção negativa perante a “insurreição” da guarda nacional de 13 de Março de 1838, embora procurando conseguir uma solução pacífica na resolução do conflito. Segundo um testemunho posterior, terá tentado até ao fim travar a marcha da guarda nacional em direcção ao Rossio, procurando evitar o confronto sangrento com o exército:

“O braço e a espada desta insurreição era de um amigo meu; e que fiz eu? Não fui só eu, foram todos os deputados deste lado, porque esta casa viu-se cheia e ameaçada de bandos armados. Pedimos ao governo que sustentasse a sua posição e cumprisse com o seu dever, e a câmara deu-lhe todas as leis necessárias para manter a ordem: eu fiz todos os esforços que fiz como deputado, lancei-me às rédeas do cavalo onde vinha montado o caudilho da revolução, e deixei-me arrastar por ele desde a Estrela até ao Arsenal, onde

17 Cf. Silva, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da, *José Estevão de Magalhães. Biografia Parlamentar*, Lisboa, Assembleia da República, 2009, p.27-74.

18 Cf. Magalhães, José Estevão Coelho de, Cortes, Soberano Congresso Nacional, Sessão de 15 de Novembro de 1837, *O Nacional*, Lisboa, A.C. Dias, 16/11/1837, p.6098-6099.

exausto de forças e malogradas as minhas intenções, fui forçado, com as lágrimas nos olhos, a deixar o corseil.”¹⁹.

O golpe de estado de António Bernardo da Costa Cabral de 27 de Janeiro de 1842, a supressão da Constituição de 1838 e a subsequente restauração da Carta Constitucional de 1826, remetem-no para o campo da oposição, inicialmente parlamentar e, posteriormente militar. Compreende-se assim a sua participação na revolta falhada de Torres Novas em 4 de Fevereiro de 1844 e, após uma tentativa, mal sucedida, de sublevar Trás-os-Montes, o exílio em Paris até à Revolta da Maria da Fonte em 21 de Março de 1846. Regressa discretamente a Portugal, após a queda do governo de António Bernardo da Costa Cabral em 17 de Maio de 1846, no dia 14 de Junho desse ano. Apesar deste segundo exílio o ter desgastado profundamente do ponto de vista psicológico, não se afastou da actividade política, correspondendo aos apelos do meio popular e radical lisboeta. Assim sendo, participou na homenagem aos revoltosos de Torres Vedras realizada em 11 de Julho de 1846, na qual proferiu um discurso centrado na ideia da “união íntima e perpétua do exército e do povo”. Tratava-se de demonstrar que o exército não era uma classe à parte da nação, sendo os militares autênticos patriotas devotados à causa da pátria. No entanto, a realização da unidade entre o exército e o povo só podia ser plenamente alcançada se o primeiro se tornasse uma força despartidarizada ao serviço do estado e da nação, através das instituições representativas liberais²⁰. Independentemente da sinceridade do apelo à unidade, o principal objectivo do discurso consiste na defesa do exército, num momento em que uma revolução de origem popular triunfou, embora de forma provisória.

O golpe de estado do Marechal de Saldanha, a 6 de Outubro de 1846, que ficou conhecido pela designação de *Emboscada*, derrubou o ministério do duque de Palmela, e abriu o caminho para uma nova guerra civil²¹. Os meios oposicionistas e o próprio José Estêvão foram totalmente apanhados de surpresa não podendo oferecer qualquer tipo de resistência na Capital. Após permanecer escondido dois dias, consegue fugir da cidade e passar o tejo para a margem Sul no dia 9 desse mês. Chegado a Almada nesse mesmo dia, parte para Salvaterra de Magos, onde se encontrava já o conde de Torres Novas, sendo constituída uma comissão provisória, que revolucionou Santarém com a ajuda dos populares e de um esquadrão do Regimento de Cavalaria n.º 4. Teve então um papel importante na mobilização das forças populares nas Caldas da Rainha, Alcobaca e Nazaré, criando a célebre legião de Alcobaca, com cerca de 600 homens, ascendendo ao posto de major a título provisório que manterá no resto da guerra. O papel fundamental desempenhado na operação de sublevação e ocupação de Santarém

19 Cf. Magalhães, José Estêvão Coelho de, Sessão de 27 de Janeiro de 1862, *Diário da Câmara dos Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862, p.300.

20 Cf. Silva, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues, ob. cit., p.171-172.

21 Sobre a Maria da Fonte e a Patuleia consultar Bonifácio, Maria de Fátima, *História da Guerra Civil da Patuleia, 1846-1847*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993 e Bonifácio, Maria de Fátima, *D. Maria II (1819-1853)*, Lisboa, Temas & Debates, 2007.

está bem documentado, na correspondência com o Conde de Antas, permitindo valorizar a sua capacidade de tomar iniciativas arrojadas e a sua actuação como delegado da Junta do Porto. De igual modo se atesta a sua capacidade de organização e de comando das várias unidades, como o Batalhão de Viseu e o Batalhão Móvel de Coimbra, no início da guerra civil da Patuleia, em Novembro de 1846²². As forças sob o seu comando, em 10 de Novembro, incluíam os batalhões de Alcobaça, Caldas Rainha e Rio Maior com cerca de 1000 homens, sendo este agrupamento também conhecido pelo nome de brigada de José Estêvão.

Seguindo as ordens do Conde das Antas, José Estevão deixou Santarém, tendo entrado em Setúbal na madrugada de 10 de Dezembro de 1846, acompanhado pelo seu ajudante de ordens sem dinheiro. A cidade já tinha sido ocupada no dia 8 pelo batalhão Emigração Lisbonense, comandado por Morais Mantas e alguns corpos francos, a cavalo, da Moita e Sarilhos. A estas forças iniciais tinha-se juntado, no dia seguinte o tenente-coronel da guarda nacional de Setúbal, Guilherme Quintino de Avelar, à frente da guarda nacional de Setúbal e de um contingente do batalhão móvel de Évora.

José Estevão logo ao chegar a Setúbal formou uma junta ou comissão, delegada da Junta do Porto, e da qual foi presidente, projectando fortificar a cidade, chamando por um edital todos os indivíduos, de dezoito a quarenta anos de idade, a alistarem-se nos batalhões nacionais. Porém, teve de abandoná-la, no dia seguinte, não só pela impossibilidade de obter localmente armas e munições mas, também pela aproximação das forças cabralistas, vindas de Lisboa sob o comando do general visconde de Setúbal que dia 12 ocuparam a cidade, mantendo-a sob o seu controlo até aos finais de Dezembro. Em Alcácer do Sal fez a junção com o corpo de cavalaria do tenente-coronel Galamba e, a meio caminho, de Évora juntaram-se às forças do conde Melo constituídas pelo batalhão móvel de Évora, Leais Caçadores, companhia de Sintra, o corpo de franco de cavalaria do major Batalha, num total de 1400 homens, progredindo em direcção a Setúbal com a intenção de ocupar de novo a cidade. No dia 24 de Dezembro as forças cabralistas, comandadas pelo general visconde de Setúbal, retiraram para Palmela. As ordens do conde das Antas obrigaram a redireccionar as forças, comandadas pelo conde de Melo, com o objectivo de atravessarem o Tejo e constituírem com as forças do coronel César de Vasconcelos, a ala esquerda do exército patuleia. A súbita derrota do conde de Bonfim na batalha de Torres Vedras, no dia 22 de Dezembro inutilizou este plano, obrigando a nova retirada da 7.^a divisão do conde de Melo para Évora²³.

Os acontecimentos subsequentes à derrota das forças do conde de Antas implicaram

22 Cf. BNP Reservados N49, Espólio de José Estêvão, Correspondência do Conde das Antas para José Estevão, N49/125, Carta do Conde das Antas de 29 de Outubro de 1846, fl.1, N49/125 Carta do Conde das Antas de 10 de Novembro de 1846, fl.1-2 e N49/127, Carta do Conde das Antas de 12 de Novembro de 1846, fl.1.

23 Cf. Carvalho, João Carlos de Almeida, *Duas palavras ao autor do Esboço Histórico de José Estevão ou Refutação da parte respectiva aos acontecimentos de Setúbal em 1846-1847, e a outros, que com aqueles tiveram relação*, Lisboa, Tipografia Universal, 1863, p.7-15.

o reajustamento estratégico, operacional e tático dos dois exércitos rivais. No campo dos adversários de Costa Cabral existia uma divergência, na prioridade estratégica a dar ao Norte ou ao Sul na continuação da guerra. José Estêvão defendia a última opção, esboçada no momento da sua partida de Lisboa a 9 de Outubro de 1846, embora a considerasse inevitável depois do referido desastre:

“Que fiz pois? Na posição que me cabia como militar, e homem público, esforcei-me por organizar forças, pelas aumentar, disciplinar, e puxar sobre Lisboa. Entendi sempre que o teatro da guerra máxime depois da batalha de Torres Vedras era o Sul, que as delongas eram perigosíssimas, as composições impossíveis, que reccar as consequências da vitória era arriscá-la, que contar com juízo da corte era enervar a revolução, enfim que era preciso vencer, ou ser vencido.

O que escrevi, disse, e fiz concorda com estes pensamentos que ao passar o Tejo no dia 9 de Outubro pela manhã levava já na cabeça, e de cuja exactidão me foram convencendo os sucessos quotidianos.”²⁴ .

Numa perspectiva oposta encontramos o opúsculo atribuído a Alves Martins, o futuro bispo de Viseu, no qual se criticam os erros cometidos pela Junta do Porto, presidida pelo general conde das Antas, ao dar prioridade ao teatro de operações do Sul, correndo o risco de deixar na retaguarda as forças da divisão de Trás-os-Montes do conde de Casal capazes de ameaçar as linhas de comunicações entre o Porto e as forças em progressão em direcção a Lisboa. No entanto, a análise não descarta à partida os aspectos positivos da decisão tomada pela Junta do Porto:

“O pensamento político e militar de estender as forças da Junta para o sul, tinha fortes motivos em que se apoiasse. Internar-se no coração do país, ao mesmo tempo que se ameaçava a capital: auxiliar a revolta na máxima extensão, e atrair a si os diversos corpos militares que tivessem anuído ao movimento do Porto; limitar o mais possível os recursos ao governo de Lisboa, cuja extensão de domínio pouco excedeu em algumas ocasiões a área da capital, em cujo interior existiam fortes elementos revolucionários, que era mister aproveitar; dar força moral à Junta, que aumentaria de prestígio à medida que fosse obedecida na maior extensão da monarquia; tirar finalmente todos os recursos possíveis para a sustentação da guerra; eram razões d’algum peso, e que deveriam fazer inclinar mais de um voto a favor da proposta.”²⁵ .

Seja como for, a necessidade de reorganizar e reforçar as forças disponíveis no Alentejo era de momento a grande urgência dos patuleias, pois era plausível a hipótese da concentração de todos os recursos militares dos cabralistas neste teatro de operações, com o objectivo de acabar com a ameaça directa à capital e esmagar a revolta no Sul do país, explicando-se assim a missão atribuída pelo conde de Melo a José Estêvão e Anselmo

24 Cf. Magalhães, José Estêvão Coelho de, *Quatro Palavras em Resposta às Duas dirigidas pelo Sr. Vitorino Barreto Feio à Revolução de Setembro*, Lisboa, Tipografia do Almada, 1849, p.15.

25 Anónimo, *O Nove de Outubro ou breves considerações sobre a última guerra civil*, Porto, Tipografia da Revista, 1849, p.60.

Braamcamp no Algarve para obterem do general Maldonado d'Eça, comandante da 8.^a Divisão, os homens, as armas, os cavalos, a artilharia e o dinheiro necessários à formação de uma brigada que reforçasse as forças da 7.^a Divisão no Alentejo. O primeiro devia encarregar-se da organização e armamento das forças algarvias e o segundo da obtenção dos recursos financeiros necessários à prossecução da guerra. Assim sendo, José Estevão foi nomeado chefe de estado-maior da 8.^a Divisão desempenhando, simultaneamente o papel de delegado ou representante da Junta do Porto. A sua actividade e energia foram cruciais no processo de criação da brigada, perante o desânimo, inacção e contradições do general Maldonado d'Eça, nomeadamente na escolha dos oficiais, na extinção e/ou fusão das unidades, na neutralização das múltiplas conspirações políticas, na selecção e no treino dos soldados e na resolução dos múltiplos e difíceis problemas logísticos, no funcionamento e apetrechamento dos trens, no respeitante ao fardamento e calçado, à alimentação, ao municiação e armamento das tropas e na obtenção dos cavalos, que em desespero de causa o leva a considerar a hipótese de recorrer aos contrabandistas portugueses da raia ²⁶.

No entanto, o mais difícil consistiu em transformar as forças “populares”, constituídas essencialmente por voluntários civis, em verdadeiras unidades militares, disciplinadas e comandadas por oficiais competentes. José Estevão conhecia melhor do que ninguém as limitações operacionais e táticas destas unidades e a necessidade de criar um verdadeiro exército. A complexidade inicial desta tarefa fica bem explícita na inexistência de uma organização militar no Algarve porque na realidade a maior parte das unidades só existia no papel, assistindo-se à dispersão das armas e munições pelos administradores dos conselhos e aos comandantes dos batalhões “fantasmas”. A situação exigiu da sua parte um enorme esforço para ultrapassar as resistências, através da persuasão e do recurso a estratagemas nos quais podemos perceber uma notável capacidade de compreensão da mentalidade dos seus contemporâneos:

“Para não ofender as susceptibilidades de muitos comandantes de Companhias e Batalhões e não carregar depois com a responsabilidade que as suas línguas me haviam de impor, de desmanchar forças que eu sabia que não existiam, perguntei-lhe em officio a quantas Praças prontas para serviço activo tinham eles armas distribuídas e a resposta de alguns foi a remessa de todos os armamentos dando assim entrada em Faro alguns desses Batalhões convertidos em molhos de armas sobre os lombos de machos.

Estas conduções fizeram-se com muitas morosidades não só porque as comandantes dos diversos batalhões não queriam separar-se das armas de que se não serviam, mas porque muitos tinham deixado extraviar considerável número delas, e queriam por muitas razões encobrir este facto e finalmente porque o General proscreeu o transporte por terra por muito dispendioso, teimando em que se esperasse pela licença dos ventos

26 Cf. BNP Reservados N49, Espólio de José Estêvão, N49/53, Relatório ao Conde das Antas, Faro 3 de Fevereiro de 1847, José Estevão Coelho de Magalhães para o Conde das Antas, fl.2-fl.8 e N49/54, Relatório ao Conde de Melo, Faro 8 de Fevereiro de 1847, José Estevão Coelho de Magalhães para o Conde de Melo, fl.1-fl.8.

para satisfazer às nossas necessidades militares que não admitiam delongas.”²⁷ .

José Estêvão confessa que se trata de um processo mais lento do que desejaria, mas não tem qualquer dúvida sobre a sua capacidade de levar a bom termo. As informações do jornal *O Espectro* permitem testemunhar o seu sucesso referindo a sua entrada a 24 de Março de 1847 em Évora sob o comando do General Maldonado d’Eça e de José Estêvão com um efectivo de 100 homens de infantaria, 40 artilheiros com 2 peças, 1 obus e 66 cavalos. A recepção entusiástica da brigada algarvia da 8.^a Divisão é acompanhada por elogios aos seus comandantes destacando-se a reafirmação do papel fundamental do chefe de estado-maior, responsável por conseguir colocá-la em condições de entrar em combate²⁸ . A reunião desta unidade com as tropas da 7.^a Divisão do Alentejo realiza-se, poucos dias, depois em Pavia ficando todas as forças sob o comando do general conde de Melo, alcançando os seus efectivos o número de 3000 soldados de infantaria, 3 bocas-de-fogo e 300 cavalos. O general Maldonado d’Eça retira-se para o Algarve e José Estêvão é escolhido para o lugar de quartel-mestre general, de todas as forças sob as ordens do seu comandante. No dia 9 de Abril de 1847 a guarnição cabralista de Setúbal abandona, mais uma vez sem combate, a cidade que nesse mesmo dia é ocupada pelo conde de Melo. O ataque a Almada acabou por não se materializar por nesse mesmo dia se ter recebido a notícia do desembarque no Algarve das forças vindas do Porto, sobre o comando do visconde Sá da Bandeira e da sua progressão em direcção ao Alentejo. No dia 16 de Abril de 1847 entrou em Setúbal e assumiu o comando geral de todas as forças a Sul do Tejo, designadas sucessivamente de Divisão do Sul e Exército Liberal do Sul. Nomeou o conde de Melo chefe de estado-maior e José Estêvão permaneceu quartel-mestre general durante o resto da campanha.

A documentação disponível permite avaliar a actividade que desenvolveu desde 4 de Abril de 1847, desdobrando-se para satisfazer as necessidades logísticas das diversas unidades. Ao mesmo tempo implementa procedimentos uniformes, no respeitante ao estabelecimento e gestão dos quartéis e aquartelamentos, procurando controlar os gastos de cada brigada²⁹ .

No entanto, o testemunho de João Carlos de Almeida Carvalho atesta a crítica situação logística e disciplinar, não tendo sido possível resolver a maior parte dos problemas até à batalha de Alto do Viso, travada em 1 de Maio de 1847 entre cabralistas e patuleias. A insuficiência das munições disponíveis condicionou as decisões do Visconde de Sá Bandeira, embora a questão fundamental resultasse das negociações abertas entre as duas partes em confronto, impostas pela Grã-Bretanha, a França e a Espanha que desde 27 de

27 Cf. BNP Reservados N49, Espólio de José Estêvão, N49/54, Relatório ao Conde de Melo, Faro 8 de Fevereiro de 1847, José Estêvão Coelho de Magalhães para o Conde de Melo, fl.1-fl.2.

28 Anónimo, Crónica Eborense, *O Espectro*, António Rodrigues Sampaio, Lisboa, s.n., 31 de Março de 1847, N.º 36, p.2.

29 Cf. BNP Reservados N49, Espólio de José Estêvão, N49/1, Circular do Quartel Mestre General, José Estêvão Coelho de Magalhães Montemor, 4 de Abril de 1847, fl.1, N49/2, Circular da Divisão de Operações, José Estêvão Coelho de Magalhães, Setúbal, 10 de Abril de 1847, fl.1-fl.2, N49/3, Circular, José Estêvão Coelho de Magalhães, fl.1-fl.2

Abril desse ano, tornavam na prática impossível qualquer acção militar. No entanto, os motins e a ameaça de revolta das tropas da Divisão obrigam-no a dar batalha, apesar de saber, à partida que as hipóteses de vitória eram muito limitadas, face às forças da rainha que tinha pela frente, comandadas pelo conde de Vinhais. José Estevão tentou travar estas movimentações radicais e defender as decisões do Visconde de Sá da Bandeira, sabendo perfeitamente da escassez das munições e das negociações em curso. O combate correu mal aos patuleias, devido às múltiplas dificuldades tácticas experimentadas, mas o esgotamento das munições foi o principal responsável pela derrota. A pressão da Grã-Bretanha para a observância da suspensão das hostilidades, efectuada nesse mesmo dia pelo coronel Wylde e a presença da *Royal Navy* no Tejo também contribuiu para este desfecho ³⁰. Neste confronto militar, José Estevão comportou-se de forma exemplar, tendo sido agraciado pela Junta do Porto com o *1.º grau da Muita Antiga e Nobre Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito* ³¹. O período que decorreu até à rendição final de Sá da Bandeira e a sua entrega, com os oficiais da Divisão do Sul, ao almirante comandante da esquadra britânica, no dia 16 de Junho de 1847 caracterizou-se pela ausência de combates.

Este facto permitiu a José Estevão continuar a desempenhar as suas funções de quartel-mestre general, procurando reequipar, rearmar e alimentar as tropas e, simultaneamente, combater os desvios e roubos da pólvora, pressionando os comandantes das brigadas para actuarem nesse sentido. A reorganização e gestão do Arsenal de Setúbal e do respectivo trem constituem uma prioridade pela urgência em produzir munições. O processo traduziu-se num esforço mais vasto, marcado pela procura constante de matérias-primas necessárias à sua produção, em Alcácer do Sal, Évora, Beja e Portugal, coordenando e dinamizando desta forma as actividades económicas alentejanas até ao último ofício de 14 de Junho de 1847 ³².

O período final da Patuleia passou-o com o Visconde de Sá Bandeira e demais oficiais da Divisão do Sul na prisão da Torre de S. Julião da Barra até à assinatura da Convenção de Gramido, a 27 de Junho de 1847. O fim guerra civil propiciou-lhe o regresso a uma vida, aparentemente pacífica, apenas interrompida pela participação, em 1848 numa revolta de cariz republicano conhecida vulgarmente pela designação da “conspiração das Hidras”.

A chave para a compreensão do papel que desempenhou na Patuleia pode ser melhor compreendido, na dura resposta dada aos seus adversários políticos, recusando qualquer responsabilidade política nos acontecimentos, defendendo a escolhas feitas em prol da

30 Cf. Carvalho, João Carlos de Almeida, ob. cit. p.25-38.

31 Cf. Pina, Miguel Esperança, Borrego, Nuno e Lourenço, Vilhena de Freitas, *Os Titulares e os Oficiais da Patuleia - Ordens Gerais da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino 1846-1847*, Lisboa, Tribuna, 2006, p.226.

32 Cf. BNP Reservados N49, Espólio de José Estêvão, N49/4, Copiador das Ordens da Divisão, José estevão Coelho de Magalhães, Setúbal, 22 de Maio a 11 de Junho de 1847, fl.1-fl.9 e N49/5-7, José Estevão Coelho de Magalhães, Setúbal, 2 de Maio a 14 de Junho de 1847, fl.1-fl.75.

luta armada revolucionária. Aliás, faz sobressair as suas aptidões militares profissionais de oficial, empenhado em transformar as “forças populares” num exército convencional, capaz de enfrentar em campo raso e vencer as tropas cabralistas³³.

No final deste longo percurso de José Estêvão fica clara a evolução que o conduz do voluntário académico ao oficial do exército com a correspondente valorização do profissional pertencente à artilharia, a arma científica da época e aceitação do sistema de relações cívico-militares da Carta Constitucional de 1826 com possíveis alterações democratizantes.

Bibliografia

- Anónimo, *Apologia dirigida à nação Portuguesa, para plena justificação do corpo dos voluntários académicos do ano de 1826 Contra as falsas e caluniosas imputações forjadas ao mesmo corpo pelos inimigos do Senhor Dom Pedro IV, e da carta constitucional*, Coimbra, Imprensa do Trovão e Companhia, 1827.

- Anónimo, *Adição à Apologia dos Voluntários Académicos ou Pensamentos sobre a Campanha nos Meses de Dezembro de 1826 e Janeiro de 1827 por um soldado*, Coimbra, Imprensa do Trovão e Companhia, 1827.

- Anónimo, *O Nove de Outubro ou breves considerações sobre a última guerra civil*, Porto, Tipografia da Revista, 1849.

- Anónimo, *Relação de todos os indivíduos que compuseram o Batalhão dos Voluntários Académicos*, Coimbra, Imprensa do Trovão e Companhia, 1827.

- Anónimo, *Relação de Todos os Indivíduos que compuseram o Batalhão de Voluntários Académicos organizado e armado no ano lectivo de 1826 para 1827*. Publicada por um dos próprios alistados, em Coimbra, na Imprensa do trovão e Companhia, 1827. E agora fielmente reimpressa, e acrescentando com algumas Notas correctivas e ilustrativas, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1828.

33 “Queriam que eu tomasse a caricata postura dum estadista português, que me engolfasse todo em nigromancias políticas quando se tratava de pelear, e vencer, que me preparasse numa posição ambígua para colher os frutos da vitória, ou arredar de mim os danos da derrota, que me fizesse um santão patriótico para edificar o país com as minhas momices, que me aceitassem profeta depois dos acontecimentos, e salvador do que fora salvo pelo suor alheio? Não tenho as grandes qualidades que esta missão requer.

Queriam que me pusesse em romaria diplomática por essa Europa, que invadissem os gabinetes dos ministros estrangeiros, que catequisasse Mr. Guizot, propiciasse Lord Palmerston, e animasse o Sr. Pacheco. A questão era de armas, e tudo me faltava, até a vontade para semelhantes embaixadas”, Cf. Magalhães, José Estêvão Coelho de, *Quatro Palavras em Resposta às Duas dirigidas pelo Sr. Vitorino Barreto Feio à Revolução de Setembro*, Lisboa, Tipografia do Almada, 1849, p.15.

- Bonifácio, Maria de Fátima, *História da Guerra Civil da Patuleia, 1846-1847*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993
- Bonifácio, Maria de Fátima, *D. Maria II (1819-1853)*, Lisboa, Temas & Debates, 2007.
- Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa, decretada, e dada pelo rei de Portugal e dos Algarves D. Pedro, Imperador do Brasil aos 29 de Abril de 1826*, Lisboa, Impressão Régia, 1827.
- Carvalho, João Carlos de Almeida, *Duas palavras ao autor do Esboço Histórico de José Estevão ou Refutação da parte respectiva aos acontecimentos de Setúbal em 1846-1847, e a outros, que com aqueles tiveram relação*, Lisboa, Tipografia Universal, 1863.
- *Constituição Política da Monarquia Portuguesa decretada pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, reunidas em Lisboa no Ano de 1821*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1822.
- Gomes, João Augusto Marques, *Apontamentos para a sua Biografia*, Porto, Tipografia Ocidental, 1889.
- Luna, João Pedro Soares, *Memórias para servirem à história dos factos de patriotismo e valor praticados pelo distinto e bravo Corpo Académico que fez parte [do] Exército Libertador*, Lisboa, Tipografia Lisbonense, 1837.
- Magalhães, José Estêvão Coelho de, *Quatro Palavras em Resposta às Duas dirigidas pelo Sr. Vitorino Barreto Feio à Revolução de Setembro*, Lisboa, Tipografia do Almada, 1849.
- Pina, Miguel Esperança, Borrego, Nuno e Lourenço, Vilhena de Freitas, *Os Titulares e os Oficiais da Patuleia - Ordens Gerais da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino 1846-1847*, Lisboa, Tribuna, 2006.
- Silva, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da, *José Estêvão de Magalhães. Biografia Parlamentar*, Lisboa, Assembleia da República, 2009.
- Soriano, José Simão da Luz, *Revelações da Minha Vida e Memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*, Lisboa, Tipografia Universal, 1860.
- Soriano, José Simão da Luz, *História da Guerra Civil e do Governo Parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática, militar e política deste reino desde 1777 até 1834, Terceira época. Estabelecimento do Governo Parlamentar*, Tomo III, Parte II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882.
- Tengarrinha, José Manuel, *José Estevão. O Homem e a Obra*, Assembleia da República, Lisboa, 2011.